



RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DO PROJETO GEF-MAR

Brasília, 26 de fevereiro de 2017

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
Ata da 1ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar	7
Estrutura do Projeto GEF-Mar	9
Objetivos	9
Período de Vigência	9
Recursos	9
Componentes e Subcomponentes	10
Componente 1	10
Componente 2	11
Componente 3	11
Componente 4	12
Alterações do Regimento Interno	15
Próxima Reunião do Conselho	16
Tabela de Encaminhamentos	17

Apresentação

O Projeto GEF-Mar é um projeto do Governo Federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas, governamentais e da sociedade civil, para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar a criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. O recurso financeiro foi disponibilizado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), onde a Agência Implementadora é o Banco Mundial, e contrapartida do Governo Brasileiro, representado através do MMA, ICMBio e MME/Petrobras.

O Projeto foi assinado em 13 de outubro de 2014, entrando efetividade em 18 de novembro de 2014, apoiando ações para a revisão das áreas prioritárias para a conservação marinha; definição de zonas de exclusão de pesca; consolidação de UC; criação de novas UC; implementação de estratégias de pesquisas e monitoramento da biodiversidade; capacitação; planos de ação para integração das comunidades locais; e desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade financeira do sistema de AMCPs.

Conforme o Documento de Apresentação do Projeto (PAD) e a Portaria MMA nº 349, de 26 de setembro de 2014, que institui o Projeto GEF-Mar, o Projeto está organizado em três principais instâncias: o Conselho do Projeto (CP), consultivo, responsável pelo aconselhamento político e estratégico do Projeto; o Comitê Operacional do Projeto (COP), deliberativo, como unidade administrativa, com função de garantir a execução do projeto de acordo com seus objetivos, considerando as orientações do CP; e a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), responsável por coordenar a execução e implementação do projeto, atuando como conexão entre o COP e os diversos executores. A UCP encontra-se representada pelo Departamento de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente.

Foco desse relatório, o Conselho do Projeto (CP) é a unidade de aconselhamento político e estratégico do Projeto, responsável por estabelecer conexões com políticas e programas setoriais relevantes, auxiliar na resolução de quaisquer questões e debates inter setoriais, e sugerir abordagens para a gestão de paisagens costeiras e marinhas. De acordo com o PAD, o CP é composto pelos seguintes membros do governo e de organizações não governamentais:

Órgãos Governamentais

- 1 representante do Ministério do Meio Ambiente (Presidente)
- 1 representante do Ministério de Minas e Energia
- 1 representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações)
- 1 representante do Ministério da Defesa/SECIRM
- 1 representante da Secretaria de Portos
- 1 representante do Ministério da Pesca e Aquicultura (atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
- 1 observador do ICMBio

Sociedade Civil

- 1 representante da ABEMA
- 1 representante da comunidade científica
- 2 representantes de organizações não governamentais (1 norte/nordeste e 1 sul/sudeste)
- 1 representante do setor privado
- 1 representante de pescadores artesanais
- 1 observador do Funbio

De acordo com o PAD o Conselho do Projeto se reunirá ordinariamente duas vezes por ano. As reuniões serão presididas pelo representante da SBF/MMA, sendo a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) responsável pela função de Secretaria-Executiva do Comitê, convocando, organizando e disponibilizando informações necessárias para realização de reuniões e divulgando o registro das mesmas.

O Funbio e o ICMBio participam do CP como observadores, aportando informações necessárias ao trabalho do mesmo. O regimento interno do CP deverá ser proposto pela UCP para aprovação do CP em sua primeira reunião.

O Conselho do Projeto tem como funções, de acordo com o PAD e com o art. 4º, 5º e 9º da Portaria MMA Nº 347:

- I - Aconselhar política e estrategicamente o projeto;
- II - Estabelecer conexões com políticas e programas setoriais, visando auxiliar na resolução de quaisquer questões e debates Inter setoriais; e
- III - sugerir abordagens para a gestão de paisagens costeiras e marinhas.

Em 17 de outubro de 2016 foi publicado a Portaria MMA nº 455, que institui o Conselho do Projeto, dispõe com os seguintes representantes:

I - Ministério do Meio Ambiente:

- a) Titular: Moara Menta Giasson;
- b) Suplente: Thiago Gil Barreto Barros;

II - Ministério de Minas e Energia:

- a) Titular: José Botelho Neto;
- b) Suplente: Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos;

III - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- a) Titular: Andrei de Abreu Sodré Polejack;
- b) Suplente: Felipe Moraes dos Santos;

c) Suplente: Bruno Marangoni Martinelli;

IV - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Ministério da Defesa:

a) Titular: Teresa Cristina Cavalcanti Soares;

b) Suplente: Ana Lúcia Oliveira Costalunga;

V - Secretaria de Portos da Presidência da República:

a) Titular: Rafaela Dias Pires;

b) Suplente: Sérgio Luis Siebra Moreira;

VI - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) Titular: Josué Bezerra de Freitas Neto;

VII - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente-ABEMA:

a) Titular: Luiz Antônio Ferraro Júnior, representante da SEMA/BA;

b) Suplente: Amanda Santos Silva, representante da SEMA/BA;

VIII - Setor acadêmico:

a) Titular: Alexander Turra, Departamento de Oceanografia Biológica/USP;

b) Suplente: Fábio Hissa Vieira Hazin, Departamento de Pesca e Aquicultura//UFRPE;

c) Suplente: Jorge Eduardo Lins Oliveira, Departamento de Oceanografia e Limnologia/UFRN.

IX - Organizações não-governamentais:

a) do Instituto Coral Vivo:

1. Titular: Maria Teresa de Jesus Gouveia;

2. Suplente: Clovis Barreira e Castro;

b) do WWF-Brasil:

1. Titular: Anna Carolina Lobo;

2. Suplente: Mariana Corá;

X - Setor privado:

a) Titular: Renata Medeiro dos Santos, representante da Confederação Nacional da Indústria-CNI;

XI - Pescadores artesanais:

a) da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos- CONFREM BRASIL:

1. Titular: Carlos Alberto Pinto dos Santos; e

2. Suplente: José Conceição de Jesus.

Após a publicação da Portaria, no dia 26 de janeiro de 2016, foi realizada a primeira reunião do Conselho, apresentando o projeto, instituições e representantes envolvidas no conselho, definição do regimento interno, e o envolvimento de cada um nas próximas etapas do Projeto GEF-Mar.

A seguir, o relato da reunião, incluindo as considerações e recomendações feitas ao Projeto.

Memória da 1ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar

Foi realizada no dia 26 janeiro de 2017, no Ministério do Meio Ambiente – MMA em Brasília, a 1ª reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar.

Para direcionamento da discussão foi dado andamento à seguinte pauta:

- 09:00 hrs – Abertura: boas vindas e apresentação dos participantes;
- 09:30 hrs – Revisão da pauta da reunião;
- 09:45 hrs – Apresentação e Histórico do Projeto GEF-Mar;
- 10:45 hrs – Função do conselho e importância da representatividade;
- 11:00 hrs – Leitura, ajustes e aprovação do Regimento Interno do Conselho;
- 11:00 hrs – Proposta de encaminhamentos e calendário de reuniões para 2017;
- 12:00 hrs – Encerramento.

O Diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (DAP/MMA), Warwick Manfrinato, fez a abertura da reunião dando as boas-vindas aos participantes, informando do seu ingresso no MMA como diretor de Áreas Protegidas em novembro de 2016, e apresentando a pauta acima. Levantou a importância da representatividade de cada instituição presente para alcance das metas do projeto. Após isso, os participantes se apresentaram, informando qual instituição estavam representando.

	Nome	Instituição	Fone	E-mail	Representação no CP
1	Ricardo Brochado	ICMBIO	62 2028-9441	Ricardo.brochado@icmbio.gov.br	Ouvinte
2	Ana Paula Leite Prates	ICMBIO	61 2028-9059	Ana.prates@icmbio.gov.br	Ouvinte
3	Carlos Alberto P. dos Santos	CONFRE M BRASIL	73 9 9949-0963	Confrembrasil@gmail.com	Titular
4	João Vicente de C. Vieira	MME/SPE /DEPG	61 9916-8985	Joao.carvalho@mme.gov.br	Titular
5	Renato Lima F. Sampaio	MME/SPE /AAMA	61 2032-5815	Renato.sampaio@mme.gov.br	Suplente
6	Ana Lucia D. Costanluga	SECIRM	61 3429-1316	Costalunga@marinha.mil.br	Suplente
7	Alexandre Turra	IO-USP	11 9 9962-8482	Turra@usp.br	Titular
8	Renata Medeiros dos Santos	CNI	61 3317-9250	Rmedeiros@cni.org.br	Titular
9	Wilma dos Santos Cruz	MME/SPG	61 2032-5278	Wilma.cruz@mme.gov.br	Convidada pelo MME.

10	Warwick Manfrinato	DAP/SBF/MMA	61 9 9172-4218	Warwick.manfrinato@mma.gov.br	Substituindo Moara menta Giasson
11	Maria Teresa de J. Gouveia	INS. CORAL VIVO	21 9 9969-5761	Teresa.gouveia@coralvivo.org.br	Titular
12	Maura Machado Silva	MMA/PR OJ.TERRA MAR	61 2028-1607	Maura.silva@mma.gov.br	Convidada pelo MMA.
13	Sandra S. Souza	SAP/MAPA	61 3218-3857	Sandra.silvestre@agricultura.gov.br	Indicada para substituir Josué Bezerra de Freitas Neto.
14	Rafaela Pires	MTPAC/SEP	61 9 9947-8209	Rafaela.pires@portosdobrasil.gov.br	Titular
15	Margara B. do S. Oliveira	MTPAC/SEP	61 9 9862-3045	Margara.oliveira@portosdobrasil.gov.br	Convidada pelo MTPAC
16	Adriana Luna	MTPAC/SEP		Adriana.andrade@portosdobrasil.gov.br	Convidada pelo MTPAC
17	Murilo F. C. de Jesus	SEMA-BA/ABEMA	71 3115-6955	Murilo.figueredo@sema.ba.gov.br	Indicado pelo representante da ABEMA, para participar da reunião.
18	Daniela Leite	Funbio	21 2123-5311	Daniela.leite@funbio.org.br	Ouvinte
19	Cassia Coutinho Barreto	BANCO MUNDIAL	61 3329-8623	Cbarreto@worldbank.org	Ouvinte
20	Betânia Santos Fichino	DAP/SBF/MMA	61 2028-2565	Betania.fichino@mma.gov.br	Convidada pelo MMA
21	Andrea S. V. Carvalho	COPE/ICMBIO	61 2028-9316	Andrea.carvalho@icmbio.gov.br	Ouvinte
22	Julia Barbosa Silva	DAP/SBF/MMA	61 2028-2064	Julia.silva.estagiaria@mma.gov.br	Convidada pelo MMA
23	Gabriela M. Cruz Marangon	CONSULTORA	61 9 8288-8960	Marangongb@gmail.com	Relatora

Na sequência, a analista ambiental do DAP, Betânia Fichino, apresentou o Projeto GEF-Mar, seus objetivos, período de vigência, recursos e estrutura organizacional (apresentação em anexo). Informou que após dois anos e meio de andamento do GEF-Mar, estamos na etapa de elaboração do planejamento do 2º ciclo, na qual os departamentos do MMA e do ICMBio envolvidos com o Projeto estão finalizando o planejamento de suas atividades; e as UC Estaduais, selecionadas em 2016, estão em processo de planejamento para entrar no projeto.

Em função de questionamento do representante do Ministério de Minas e Energia - MME, Renato Lima F. Sampaio, foi esclarecido que a representação da Estrutura Organizacional, antigamente mostrava o CP acima do e Comitê Operacional do Projeto – COP. Entretanto, após consulta à secretaria do MMA, pelo fato de o Conselho ser

consultivo e ter como função subsidiar as decisões que serão tomadas no âmbito do COP, o CP foi realocado no organograma ao lado deste último.

Durante a apresentação, a analista ambiental do DAP, Betânia Fichino, citou a importância do Projeto para o cumprimento das Metas de Aichi, especificamente a meta 11. Foi esclarecido pelo diretor do DAP, Warwick Manfrinato, que as Metas de Aichi foram elaboradas no âmbito da Convenção Sobre Diversidade Biológica - CDB, com o objetivo de medir o cumprimento do Plano Estratégico de Biodiversidade, para reduzir a perda da biodiversidade, no âmbito mundial. A meta diretamente relacionada ao Projeto GEF-Mar é a Meta 11, que delimita que até 2020, pelo menos 17% das áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. No Projeto GEF-Mar está previsto o aumento de 1,57% para 5% da área marinha e costeira em áreas protegidas (metade do que é proposto na Meta 11).

Estrutura do Projeto GEF-Mar

Objetivos:

- Aumentar de 1,5% para 5% do território marinho brasileiro sob proteção da biodiversidade (175.000 km²);
- Aumentar a proteção da biodiversidade em Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras em pelo menos 9.300Km²;
- Identificar, desenhar e preparar para implementação pelo menos dois mecanismos financeiros capazes de contribuir para a sustentabilidade do sistema de AMCPs em longo prazo.

Período de Vigência: 13 de outubro de 2014 a 13 de outubro de 2019

Recursos:

- Doação: Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF/ Banco Mundial: US\$ 18,2 milhões
- Contrapartida:
 - MMA (in-kind): US\$ 3,4 milhões
 - ICMBio (in-kind): US\$ 5 milhões
 - MME/Petrobras (grant): US\$ 20 milhões
 - MME/Petrobras (in-kind): US\$ 70 milhões

Em relação à contrapartida acordada com a Petrobrás, foi esclarecido que, embora acordada no início do Projeto, atualmente ela ainda não está formalizada. Nesse sentido,

ressaltou-se a importância da presença de um representante da instituição nas próximas reuniões, para que pudesse dar um retorno sobre a doação in-kind e grant para o Projeto. Dessa forma, foi encaminhado que a Petrobrás seja convidada a participar das próximas reuniões.

Componente e Subcomponentes

Componente 1 - Criação e Implementação de Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas (AMCPs)

Objetivo: Expandir e fortalecer a gestão de áreas costeiras e marinhas do Brasil, apoiando a criação e implementação de diferentes categorias de AMCPs, tanto de proteção integral como de uso sustentável.

Subcomponente 1.1 – Criação de AMCPs

Em relação à linha de ação “Definição de Zonas de Exclusão de Pesca, ou Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies (ACRE)”, foi indicado e reforçado pelo representante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos - CONFREM BRASIL, Carlos Alberto Pinto dos Santos, que a nomenclatura Zonas de Exclusão de Pesca não deve ser utilizada, uma vez que a pesca não é o maior problema identificado nessas áreas.

A título de esclarecimento, a analista ambiental do DAP, Betânia Fichino informou que o Projeto tem utilizado o termo Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies (ACREs), mas que algumas normatizações e instrumentos legais, ainda utilizam o termo “Zonas de Exclusão de Pesca”, e por isso ainda há a citação. Como encaminhamento, a Unidade de Coordenação do Projeto – UCP, ficou de levar a orientação para que o Departamento de Espécies - DESP/MMA, executor da linha de ação, faça a revisão do termo em seus documentos para potencializar a mudança na prática.

Ainda sobre esse subcomponente, foi encaminhado que o envolvimento do CP no processo de revisão das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade marinha e costeira deve ser garantido pela coordenação do Projeto, uma vez que esse é um tema importante, de relevância e contribuição das instituições representadas.

Nesse momento, foi solicitado pelos participantes uma contextualização sobre o processo de elaboração do Projeto antes da continuidade da apresentação de seu andamento. Nesse intuito, o atual Diretor do DAP, Warwick Manfrinato, solicitou à Ana Paula Prates, representante do ICMBio, que pudesse fazer uma breve contextualização, uma vez que ela estava como Diretora do DAP nesta época. Ana Paula Prates esclareceu os aspectos considerados para a seleção das Unidades de Conservação Federais, conforme pode ser consultado no Project Appraisal Document (PAD), pág. 68.

Subcomponente 1.2 e 1.3 – Implementação de AMCPs

Na apresentação foram dispostas quais Unidades de Conservação são apoiadas atualmente pelo Projeto e em que linhas de ação para consolidação das UC é aplicado o recurso disponível. As linhas de ações previstas são:

- Demarcação e sinalização dos limites da área protegida
- Plano de Manejo
- Acordo de Gestão e Termo de Compromisso
- Sistemas de proteção
- Gestão da Pesquisa e conhecimento
- Monitoramento da Biodiversidade e Uso de Recurso
- Equipamentos e Infraestrutura
- Uso Público
- Manejo de espécies
- Capacitação
- Gestão Participativa e Integração com as comunidades (Fortalecimento das organizações comunitárias; Capacitação e formação de lideranças; Produção Sustentável.)

O diretor do DAP, Warwick Manfrinato reforçou a importância da integração dessas atividades com outros projetos em curso, pelas instituições representadas no CP ou pelo próprio MMA. Citou o Programa Corredores Ecológicos como um exemplo de sinergia que deverá ser discutida, uma vez que também tem atuação na área marinha. Citou como exemplo a interligação das UC na região de Abrolhos e Trindade.

Componente 2 – Identificação e desenho de Mecanismos Financeiros para apoiar o sistema de Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas.

Objetivo: Incrementar a sustentabilidade financeira de longo prazo das áreas costeiras e marinhas protegidas.

O diretor do DAP, Warwick Manfrinato, esclareceu que para cumprir com o objetivo citado acima, o DAP/MMA vem trabalhando de forma integrada com a agência de cooperação técnica alemã GIZ, por meio do Projeto Life-web. No âmbito desse Projeto, está desenvolvendo uma ferramenta de modelagem de custos das unidades de conservação, que abordará as atividades necessárias para sua criação, implementação e manutenção.

Componente 3 – Monitoramento e avaliação

Objetivos: Conceber um monitoramento integrado da biodiversidade nas AMCPs e realizar uma avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e seus requisitos de conservação.

Subcomponente 3.1 – Monitoramento da biodiversidade e de sua conservação

Subcomponente 3.2 – Avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinhas e seus requisitos de conservação.

Dentro desse componente, estão sendo trabalhadas as seguintes Linhas de Ação:

- Estratégias multiinstitucional de monitoramento integrado marinho e costeiro;
- Formação da rede multiinstitucional de monitoramento marinho;
- Programa de monitoramento marinho e costeiro do ICMBio;
- Sistema de informação e banco de dados central;
- Gestão da pesquisa e do conhecimento;
- Plano de integração das ações de conservação entre centros de pesquisa e UC;
- Avaliação do risco de extinção das espécies;
- Elaboração e implementação de Planos de Ação Nacionais – PAN;
- Elaboração das orientações preventivas para conservação das espécies ameaçadas visando licenciamento de atividades antrópicas

Referente ao componente 3, nessa reunião não foi levantado nenhum questionamento. Entretanto, foi solicitado que na próxima reunião sejam dados esclarecimentos mais específicos sobre as atividades apoiadas e planejadas.

Componente 4 – Coordenação e gestão do Projeto

Subcomponente 4.1 – Gerenciamento financeiro do Projeto

Subcomponente 4.2 – Coordenação técnico-administrativa do Projeto

A representante do MME, Renato Lima F. Sampaio, questionou novamente o papel/função do CP no planejamento das atividades e na operacionalização do Projeto GEF-Mar, assim como qual a forma para que os representantes possam se envolver nesse processo. Ainda que como um conselho consultivo, os representantes solicitaram maior participação no planejamento do andamento do Projeto, com possibilidade de encaminhar recomendações às instâncias deliberativas, a partir de matérias de subsídio bem embasados.

A representante das ONGs da região Norte/Nordeste, Maria Tereza de Jesus Gouveia, enfatizou a importância de saber o planejamento anterior e o previsto para as atividades do Projeto nos próximos três anos, para poder contribuir.

Nesse sentido, foi encaminhado que os planejamentos para o segundo ciclo do Projeto que estão sendo elaborados serão encaminhados para os representantes das instituições do CP para que o conselho tenha conhecimento prévio para poder fazer recomendações na próxima reunião.

Em relação ao papel consultivo do conselho, foi esclarecido que esta é uma definição prevista no Project Appraisal Document (PAD), documento orientador do Projeto, que embasa o contrato com o doador, Banco Mundial. Caso haja interesse ou necessidade na alteração deste papel para que seja um conselho deliberativo, essa questão deve ser formalizada para que possa ser encaminhada ao Secretário de Biodiversidade e ao doador.

O representante dos pescadores artesanais, Carlos Alberto Pinto dos Santos, ratificou a importância dos projetos de integração com as comunidades, que foram discutidas em 2016 como mais um subcomponente a ser trabalhado pelo Projeto, para não perder força e nem recurso.

Foi esclarecido que tais atividades de integração com as comunidades de fato foram incorporadas ao Projeto, mas como não é possível modificar a estrutura de componentes e subcomponentes, elas foram inseridas como mais uma linha de ação dentro do subcomponente 1.2, com recursos específicos destinados a ela, independentes do montante já direcionado para as demais linhas de ação deste subcomponente.

Referente a disseminação do Projeto, que leva em conta também a ampliação de áreas marinhas, o representante do setor acadêmico, Alexander Turra, e a representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Ministério da Defesa - SECIRM, Ana Lúcia Oliveira Costalunga, destacaram que as discussões e produtos do Projeto deveriam ser levadas para as discussões na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), visando sua divulgação e a recepção de um retorno de outras instituições, enriquecendo o Projeto.

O diretor do DAP/MMA, Warwick Manfrinato, acolheu a sugestão e reforçou que principalmente em relação à criação de UC é importante o envolvimento anterior das instituições que serão consultadas pela Casa Civil no processo de criação, garantindo uma integração e conhecimento sobre a UC a ser criada e as informações dispostas, facilitando o andamento do processo.

Em função de diversos questionamentos relacionados ao modo como o recurso do Projeto é distribuído e como foi pensada sua estrutura, foi esclarecido pela representante do Banco Mundial, Cassia Coutinho Barreto, que o resultado do planejamento inicial do Projeto, finalizado em 2014, está registrado no Project Appraisal Document (PAD), e que

sua leitura pode esclarecer o processo de elaboração e funcionamento do Projeto, assim como o aporte financeiro pactuado.

O representante do setor acadêmico, Alexander Turra, questionou se já há uma definição do que consiste a contrapartida in-kind da Petrobrás. Foi esclarecido que no planejamento do Projeto foi acordado com a Petrobrás os dados que eles iriam disponibilizar. Entretanto, devido a gargalos e mudanças institucionais, a Petrobrás afastou-se do Projeto e a contrapartida já planejada ainda não foi formalizada.

Representantes no CP

Ao final da reunião, foi ressaltado que devido às mudanças governamentais ocorridas ao longo do último ano, alguns representantes indicados sofreram alterações, de forma que é importante a possibilidade de indicação de novo representante de algumas instituições. Dessa forma, foi solicitado que as instituições que tem necessidade de indicação ou modificação de algum representante deverão confirmar essas informações via ofício, endereçado ao Diretor do DAP, Warwick Manfrinato.

Dentro dessa pauta, foi solicitado que seja feita uma consulta ao Banco Mundial sobre a possibilidade de modificação do PAD para que possa ser feita a inclusão de representantes do ICMBio e Funbio no CP, não apenas como ouvintes. Esse encaminhamento faria com que os representantes do Comitê Operacional do Projeto – COP, fizessem parte do CP. Caso isso não seja possível, foi sugerido acrescentar na portaria de designação dos membros do CP os representantes do ICMBio e do Funbio, como ouvintes.

Como forma de simplificar a definição dos representantes de cada instituição no CP, foi sugerido à coordenação do Projeto que seja feito o estudo da possibilidade de incluir na portaria de criação do Projeto a forma de definição dos representantes do CP por meio de ofício, sem necessidade de uma Portaria específica de designação nominal. Atualmente, como está disposto da portaria de instituição do Projeto, o conselho será definido e atualizado por portaria publicada no DOU.

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações - MCTIC, Bruno Martinelli, perguntou se poderia convidar pessoas externas ao CP para participar das reuniões como ouvintes. Os demais participantes entenderam que as pessoas que tivessem algum interesse na pauta do CP poderiam mandar seus questionamentos por meio dos representantes do conselho, mas que o aumento do número de pessoas presentes na reunião poderia trazer prejuízo ao andamento das reuniões.

A representante do MCTIC questionou se o recurso do Projeto é internalizado no orçamento do MMA para execução e se o MMA conta com recurso orçamentário alocado nesta execução. Foi esclarecido pelo diretor do DAP, Warwick Manfrinato, que o recurso do Projeto é um recurso do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment

Fund – GEF), executado por meio do Banco Mundial (agência implementadora) e do Funbio (agência executora), sob orientação do MMA. Dessa forma, o recurso não passa pelo orçamento do órgão. A contrapartida do MMA é in-kind, por meio da contabilização das horas de trabalho da equipe que trabalha no Projeto e infraestrutura disponibilizada.

Alterações do Regimento interno

O regimento interno do CP foi exposto aos presentes, e cada sugestão de alteração foi discutida e acordada entre os presentes.

Devido ao entendimento da importância da representatividade do CP no planejamento e acompanhamento das atividades do Projeto, foram sugeridas alterações nos primeiros artigos do regimento interno, que tratam das atribuições do CP, culminando nos seguintes textos:

Art. 1º O presente regimento interno (Regimento) estabelece as normas de funcionamento do Conselho do Projeto (CP) do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), instituído pela Portaria 349, de 26 de setembro de 2014, que é a instância consultiva de aconselhamento político e estratégico do Projeto, responsável por estabelecer conexões com ações, projetos, políticas e programas setoriais relevantes, auxiliar na resolução de quaisquer questões e debates intersetoriais, e sugerir abordagens para a gestão de paisagens e ambientes costeiros e marinhos.

Art. 2º Constitui atribuição do CP:

(i) apreciar o planejamento estratégico e resultados técnicos e financeiros do GEF-Mar e encaminhar proposições de adequações ao direcionamento das ações ao Comitê Operacional do Projeto – COP;

(ii) apreciar os resultados técnicos e financeiros do GEF-Mar e compilar as considerações e/ou questionamentos para a Missão de Supervisão do Projeto, realizada semestralmente pelo agente implementador da doação (Banco Mundial);

Para maior representatividade e interação com o COP foram definidos novos artigos.

Art. 5º - Os membros do Comitê Operacional do Projeto – COP participarão das reuniões do conselho como membros convidados permanentes;

Art. 6º - Questões trazidas pelas representações, quando apresentadas no âmbito das reuniões de conselho, devem ser registradas em ata, apreciadas quanto ao mérito e pertinências e encaminhadas ao Comitê Operacional do Projeto – COP;

Ao final, a representante da SECIRM, Ana Lúcia Oliveira Costalunga, solicitou que pudessem ser sugeridas outras modificações após o retorno nos presentes às suas instituições. Foi acordado que as apreciações e sugestões de modificação do regimento interno podem ser feitas até o dia da próxima reunião, para que nesta segunda reunião tais sugestões sejam aprovadas pelo Conselho do Projeto.

Próxima Reunião do Conselho

Levando em consideração as possibilidades de recomendações do CP para o andamento do Projeto, tanto em relação ao seu planejamento como de sua execução, foi ressaltada a importância de uma nova reunião do CP antes da missão de supervisão do Banco Mundial ao Projeto, que será realizada em abril deste ano, já com uma visão mais clara do planejamento que está sendo elaborado. Dessa forma, foi acordada uma próxima reunião, com duração de um dia todo, para a última semana de março. Nessa reunião o planejamento de cada subcomponente do Projeto será apresentado em detalhes e serão recebidas as recomendações do CP para continuidade do Projeto.

Nesta reunião também serão definidas as datas das próximas reuniões do ano de 2017.

A UCP irá encaminhar até dia 03/02, por e-mail, os seguintes documentos:

- Apresentação do Projeto GEF-Mar;
- Minuta do Regimento Interno do CP com ajustes acordados na reunião;
- Lista de Presença;
- 3º Relatório de Progresso;
- Project Appraisal Document (PAD);
- Portaria 349/2014 – Institui o Projeto GEF-Mar;
- Ajuda Memória da 4ª Missão de Supervisão do Projeto GEF-Mar;
- Valores planejados por linha de ação.

Tabela de Encaminhamentos

ENCAMINHAMENTOS			
ITEM	O QUE	QUEM	QUANDO
1	Solicitar ao DESP/MMA a revisão do termo “Zonas de Exclusão de Pesca” por “Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies (ACRE)” para potencializar a mudança na prática	UCP/DAP	Fevereiro de 2017
2	Garantir o envolvimento do CP no processo de revisão das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade marinha e costeira	UCP/DAP; Representantes do Conselho	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA
3	Convidar a Petrobrás para participar das reuniões do CP como ouvinte.	UCP/DAP	Início de março de 2017
4	Encaminhar o planejamento para os próximos 3 anos de Projeto que está em elaboração para que o CP tenha conhecimento prévio para poder atuar	UCP/DAP; Funbio	Março de 2017
5	Consulta ao Banco Mundial sobre a possibilidade de modificação do PAD para que possa ser feita a inclusão de representantes do ICMBio e Funbio no conselho do Projeto, não apenas como ouvintes.	UCP/DAP	03 a 07 de abril de 2017 – 5ª Missão de Supervisão.
6	Estudo da possibilidade de incluir na portaria de criação do Projeto a forma de definição dos representantes do CP por meio de ofício, sem necessidade de uma Portaria específica de designação nominal	UCP/DAP	03 a 07 de abril de 2017 – 5ª Missão de Supervisão.
7	As instituições que tiverem necessidade de indicação ou modificação de algum representante deverão confirmar essas informações via ofício, endereçado ao Diretor do DAP, Warwick Manfrinato	Representantes do Conselho	Até março de 2017
8	As pessoas que tiverem algum interesse na pauta do CP, podem mandar seus questionamentos por meio dos representantes do conselho.	Representantes do Conselho	Contínuo
9	Entrega da ata da 1ª Reunião do Conselho	UCP/DAP	10 de fevereiro de 2017



REUNIÃO:

Conselho de Projeto GEF-Mar

DATA: 26/01/2017.

HORÁRIO: 9h-12h30

LOCAL: MMA - Brasília

	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Ricardo Brachado	LCMBIO	61-2023-9441	Ricardo.Brachado@LCMBIO.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
02	ANA PAULA LEITE PRATES	ICMBIO	61-20233059	ana.prates@icmbio.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
03	Carlos Alvaro Pinto dos Santos	ConfProm Brasil	32842017 73-999490963	CONFPROBRASIL@GMAIL.COM	<i>[Assinatura]</i>
04	João Vicente de C. Vieira	MME/SPE/DEPE	61-99169-8985	joao.vieira@mma.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
05	Renato Lima F. Sampaio	MME/SPE/ANMA	61 2082.5825	renato.sampaio@mma.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
06	ANA LUCIA D. COSTALUNGA	SECICM	61 34291316	costalunga@mainha.mil.br	<i>[Assinatura]</i>
07	ALEXANDER TURRA	IOVSP	11 999628482	turra@usp.br	<i>[Assinatura]</i>
08	Renata Medeiros dos Santos	CNI	613317-9250	rmedeiros@cni.org.br	<i>[Assinatura]</i>
09	Wilma dos Santos Eug	mme/spe	61-20325278	wilma.santos@mma.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
10	MARKRICK NAUFRIKTO	DAP/SBF/MMA	61 99172-4218 (21)	markrick.naufrikto@mma.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
11	MARA TEREM DE JESUS GOVERN	JUS. CORAL VIVO	939635361	terem.gouvea@coralvivo.org.br	<i>[Assinatura]</i>

(26/1/17)

12	Maura Machado Silva	MUA Mo. Terakhal	6170201607	maura.silva@mma.gov.br	JLS
13	Sandra S. Souza	SAP/MAPA	3218-3857	sandra.silva@mma.gov.br	JLS
14	RAFAELA RIEES	HTFAC SEP	994418208	rafaela.riees@tratosdobrasil.gov.br	JLS
15	Margarete Bezerra do S. Oliveira	MTRAC SEP	99862-3045	margarete.oliveira@tratosdobrasil.gov.br	JLS
16	ADRIANA LUNA	HTFAC SEP		adriana.luna@tratosdobrasil.gov.br	JLS
17	Murilo Figueiredo Campos de Sousa	SEMA-BI/ABRMA	171/3115-6955	murilo.figueiredo@sema.gov.br	JLS
18	Daniela Leite	Fumbio	(21) 21235311	daniela.leite@fumbio.org.br	JLS
19	CRASSIA COUTINHO FERREIRO	Banco Humaid	(61) 98112-8834 (61) 3329-8623	crassia@worldbank.org	JLS
20	Batânia Santos Fichano	DIR150FINUA	(61) 20208-2565	batania.fichano@monosub.br	JLS
21	ANDREA D. V. CANVALHO	COPEL/ICUBIO Extrajurisdica	202019316	andrea.canvalho@icubio.gov.br	JLS
22	Julia Barbara Silva	OP/561MMN	2038-8064	julia.silva@tratosdobrasil.gov.br	JLS
23	Roseivale M. Burg Klomberg	Consultoria	(61) 98288-8960	roseivale@tratosdobrasil.gov.br	JLS
24					
25					
26					
27					

15 REUNIÃO DO CONSELHO DO PROJETO
GEF - MAR / 26/01/2017

pg 2

A P...
OS

RH

vehid